

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

GUIMARÃES E A ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV CÓDICE INÉDITO DO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR.

MENDES, Manuel

Ano: 1959 | Número: 69

Como citar este documento:

MENDES, Manuel, Guimarães e a aclamação de D. João IV código inédito do Arquivo Histórico Militar. *Revista de Guimarães*, 69 (1-2) Jan.-Jun. 1959, p. 19-66.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Guimarães e a Aclamação de D. João VI

num códice inédito do Arquivo Hist. Militar

Por MANUEL MENDES
do Arquivo Histórico Militar

Guarda-se no Arquivo Histórico Militar ⁽¹⁾ um precioso manuscrito que, a despeito da profusa bibliografia com que tem sido documentada a Guerra Peninsular, fornece elementos de muito valor para o estudo dos acontecimentos que tiveram lugar em Guimarães e noutras terras da província, na época da 1.^a invasão francesa.

O autor do manuscrito, Frei António Pacheco, além de, como combatente, ter feito parte da coluna organizada em Guimarães contra os franceses, para se opor à marcha das tropas de Loison sobre esta vila, acompanhou depois, até à Convenção de Sintra, o Exército de Freire de Andrade, do qual era capelão.

Pela maneira como o autor se refere ao que se passou por todo o País, vê-se bem que colaboraram com informações para o seu trabalho pessoas de diversas localidades onde se deram ocorrências graves, que Frei António Pacheco não poderia relatar sem o auxílio de quem lhe fornecesse tais elementos. Ele mesmo o confessa no seu manuscrito, quando afirma:—«Sujeitos de grande crédito, me auxiliaram com grande crítica».

(1) Caixa n.º 611, da 4.^a secção da 1.^a divisão.

Quem era Frei António Pacheco, autor do Manuscrito

Dediquemos algumas palavras ao autor do importante códice que vai documentar este nosso modesto artigo.

Frei António Pacheco viveu como dissemos a época da 1.^a invasão francesa e foi capelão ⁽¹⁾ do exército do distinto e infeliz general, Bernardim Freire de Andrade, tão vilmente assassinado em Braga.

Diz ele, no seu manuscrito, que depois de ter servido nas fileiras militares, deu início à sua obra, que foi composta no sítio de Sete Rios, no curto espaço de três meses.

Na «Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» encontramos esta pequena referência ao frade António Pacheco: ⁽²⁾

«Religioso dominicano dos princípios do século XIX. Era vulgarmente conhecido pelo «Mestre Índio». Tornou-se célebre na insurreição contra os franceses, distinguindo-se em Guimarães e noutros pontos da província do Minho».

Numas notas dactilografadas que se encontram no Arquivo Histórico Militar, depararam-se-nos mais alguns dados sobre o ardente patriota, dos quais, embora não mereçam inteiro crédito, tiramos alguns elementos para este trabalho. Por essas pequenas notas se vê que Frei António Pacheco prégou um patriótico sermão na Igreja de São Domingos em Guimarães, exaltando as virtudes dos portugueses e da sua família Real, no momento em que teve lugar a aclamação de D. João VI; isto mesmo vem referido no seu manuscrito. Vê-se igualmente das referidas notas que o aludido padre, além de ser capelão do exército de Freire de Andrade, era também agente de ligação entre as tropas portuguesas e inglesas e que foi missionário na Índia e no Brasil.

⁽¹⁾ «Capelão do Quartel General e adicto com socorros espirituais às fileiras, hospital militar e onde for preciso como Ministro da Palavra e da Religião». Assim figura na relação das pessoas que compunham o exército português do general Bernardim Freire de Andrade.

⁽²⁾ Volume XIX, páginas 887.

Nas suas orações sagradas, António Pacheco prendia com facilidade a atenção do auditório que o escutava, sempre com crescente interesse. Refere o autor das referidas notas que o brilhante orador, num dos sermões que pregou na Igreja de Nossa Senhora de Oliveira em Guimarães, depois do combate da Régua, levou para o púlpito uma das fardas abandonadas por Loison e ali a espancou com um pau, como se estivesse batendo no próprio general francês, o que muito entusiasmou a assistência. Diz também nesta altura, que ele e Frei José Joaquim da Ascensão eram conhecidos nesse tempo pelos «frades do Hábito Branco».

Convém recordar aqui que foi criado um distintivo para ser usado pelos exércitos que vieram em socorro da capital, por Alvará de 20 de Setembro de 1808, o qual consistia na colocação de um laço branco no braço direito, para as tropas vindas do Norte, e encarnado para as que marchassem do Sul sobre Lisboa. Teria êsse distintivo alguma relação com a denominação atribuída aos dois frades? Talvez.

Frei António Pacheco referia-se sempre tão violentamente a Loison, apontando-o às iras populares como um dos oficiais que mais se evidenciavam contra os portugueses, que o éco das suas oratórias chegou um dia ao conhecimento de Junot; este comunicou o facto ao Corregedor de Guimarães, António Manuel Borges da Silva, ordenando-lhe que prendesse o frade e o remetesse para o Quartel General, instalado no palácio do Barão de Quintela, em Lisboa, alegando que o religioso era um elemento subversivo e perturbador da boa amizade existente entre portugueses e fanceses, visto que ele e os seus soldados tinham vindo ao nosso país somente para proteger o povo, como bons amigos. O Corregedor não cumpriu a ordem, antes preveniu o frade dizendo-lhe ainda que a denúncia tinha sido feita por um mau português, a quem ele reprovava o indigno procedimento. Porém, esta atitude valeu-lhe o epíteto de traidor e ía-lhe custando a vida, como vamos ver.

Quando desfilavam pelas ruas de Guimarães, em exercícios militares de preparação para a guerra, as companhias de eclesiásticos formadas na cidade, um dos frades que fazia parte dessas forças e via com maus olhos o honrado Corregedor, o qual se encontrava a uma janela, levantou

a sua espingarda com a intenção de o matar, dizendo: «este é traidor». Mas outro frade que ia ao lado segurou-lhe a espingarda e advertiu-o de que tinha sido enganado, porque o Corregedor era um bom português e um admirável patriota. Disso se convenceu o primeiro, arrependido da atitude que havia tomado.

Supõe o autor das notas existentes no Arquivo Histórico Militar, que Frei António Pacheco seria natural de Felgueiras, porque, na relação das pessoas importantes que se incorporaram nas companhias formadas em Guimarães, cita um João Pacheco, natural de Barrocas de Souto, filho de João António Pacheco, julgando ser o primeiro seu irmão e o segundo pai dos dois. É esta a única referência donde pode depreender-se a sua naturalidade e filiação. Nada permite, porém, fixar a data do seu nascimento nem mesmo confirmar a sua naturalidade.

A terminar estas referências ao autor do importante manuscrito, queremos citar o enérgico protesto por ele dirigido ao general inglês Dalrymple, a propósito da Convenção de Sintra, assinada por este e Junot, consentindo que os invasores retirassem de Portugal, levando com eles todo o ouro de que ilegalmente se haviam apoderado, quer retirado das igrejas, quer de casas nobres. Frei António Pacheco dirigiu-se ao general inglês de cabeça bem erguida, com o maior desassombro e increpou-o vigorosamente pelas facilidades que tinha proporcionado ao inimigo. Dalrymple respondeu ao frade que sossegassem os portugueses porque os franceses tudo viriam a restituir-lhes.

O Manuscrito

A aquisição do valioso e interessante Manuscrito foi proposta pelo saudoso Director do Arquivo Histórico Militar, Coronel Alberto Faria de Moraes, à Comissão de História Militar, em sua sessão de 13 de Maio de 1951, dando nesse mesmo ano entrada no referido Arquivo.

É um grosso volume de umas 700 páginas, com a indicação de ter sido apresentado à Mesa Censória e autorizada a sua impressão, como se verifica do des-

pacho «Imprima-se e corra», exarado no fim de cada uma das suas quatro partes, assinado pelo Padre Amal Müller de Oliveira.

Houve certa dificuldade na identificação do autor do manuscrito, que foi feita pelo Adjunto do Arquivo, Sr. Crpitão Dr. António Dias, após uma leitura atenta e exame demorado, pois, de princípio, supunha-se anónimo este códice visto que o frade seu autor suprimira diversas folhas onde deveria figurar o seu nome e cobrira a tinta palavras cuja leitura se tornou impossível.

Consideramos inédito o Manuscrito, redigido em estilo vigoroso, irradiando de todo ele, da primeira à última página, um constante e ardente patriotismo. É de grande utilidade para um mais perfeito conhecimento da história da época que preenche os anos de 1807 e 1808, em que Portugal sofreu o vexame e os horrores da primeira invasão francesa.

Descreve admiravelmente a maneira como se fez a aclamação de D. João VI em diversas terras do País, particularmente no Norte, com enorme soma de detalhes devidamente ordenados.

Divide o autor o seu trabalho em quatro partes, respeitantes aos sucessos de 1807 e 1808; mas, não só do título da obra, como da notícia geral com que ele a abre e dá a indicação dos assuntos que trata, infere-se que tencionava descrever também acontecimentos referentes ao ano de 1809, que constituiriam por certo uma quinta parte do Manuscrito.

Tem o códice o seguinte título:

História critica dos franceses em Portugal durante os anos de 1807-1808 e 1809

e começa com a seguinte

Notícia geral desta obra

«Bons patrícios e leais portuguezes:

«Nós e os franceses, (nossos figadais inimigos) somos o sugeito e o argumento desta obra; portanto ela por direito vos pertence e eu a compus por vossa honra e glória em abono da verdade.

«Aqui escrevo para vós e todas as Nações do Universo, com crítica e em estilo que não vos há-de ser desagradável, tudo quanto é digno de saber-se de Portugal nos anos de 1807 e 1808, nas três épocas, entrada, governo e expulsão dos francezes.

«Nesta história achareis, sempre que lerdés, dois objectos admiráveis; um são as grandes coisas da malícia humana, nunca dantes acontecidas no Mundo; outro são os heróicos feitos dos portuguezes deste século e os gloriosos sucessos deste reino restaurado. Destes dois grandes objectos deveis tirar lição para vosso governo; do primeiro *cautela* e do segundo, *virtude, honra e enthusiasmo de valor*.

«Vereis com exposição circunstanciada e claríssima uma cadeia de sucessos tais, que vos hão-de obrigar a render graças e louvores a Deus, que nos salvou da ferocidade de tão cruéis inimigos.

«Exponho tudo em quatro partes.

«*Na primeira* vereis uma ideia geral da revolução franceza e seus progressos, as malignas intenções, projectos e primeira trama de Napoleão imperador dos francezes em aprehender Portugal e Espanha para segurança do seu novo Império: os nossos portos fechados aos ingleses, os tratados occultos e cavilozos de Napoleão e Carlos 4.^o sobre a sorte da Divisão de Portugal. O nosso Príncipe Regente com toda a Real família embarcando e indo para o Brasil; estado da sua esquadra; a marinha Real; as pessoas que acompanharam Sua Alteza Real; entrada dos francezes neste Reino e sua marcha, manchada de crimes até Lisboa.

«*Na segunda parte* trata-se do governo dos francezes em Portugal, seus terríveis decretos; seus despotismos e tiranias; Portugal no seu abatimento e desgraça; diversos exames críticos em pontos de grande ponderação, como sobre

os votos e súplicas para o novo rei; as três últimas tramas de Napoleão para possuir a Espanha e perder a sua Real Família; Espanha briosa repelindo a tirania, prisão dos franceses na cidade do Porto.

«Na terceira parte descreve-se a restauração das províncias de Portugal e Algarves. O que cada Província fez em particular nas suas vilas e cidades, expulsando valorosamente o inimigo, seu patriotismo e os heróis que aí mais se distinguiram.

«*Na quarta parte* trata-se dos nossos exércitos restaurados salvando o resto da Estremadura e Lisboa, onde estavam fortificados os franceses. Aqui se vê o número, força e marcha dos nossos exércitos com todas as circunstâncias; o que cada um deles fez e os seus heróis. O número, as forças e posições do inimigo e os seus conselhos e planos traidores. Diversos combates e gloriosas batalhas; as descrições de muitos lugares para boa ideia das batalhas e desembarques. O armistício, a capitulação dos franceses com os generais ingleses; o protesto: crítica sobre as razões do general inglês Dalrymple ao general Bernardim Freire de Andrade sobre a capitulação. Total expulsão dos franceses deste Reino; suas restituições aos roubados portugueses, seus trabalhos no mar e seu último destino. Regência do Reino Restaurado. Suas sábias providências e louvadíssimo governo. Lisboa agradecida aos Exércitos restauradores e seus grandes donativos. Portugal na sua glória. Viagem de Sua Alteza Real e notícias do Brasil a seu respeito, até ao fim do ano de 1808».

Depois desta enumeração dos assuntos de cada uma das partes da sua história, continua o autor:

«Além destas cousas vereis outras muito grandes, importantes e curiosas, tanto no index de cada parte, como pelo curso da história. Eu continuarei a descrever-vos os aconteci-

mentos de 1809, porque nós temos de ver ainda grandes cousas em Portugal, enquanto viver o monstro da revolução francesa: o cão consigo há-de latir-nos e trabalhar muito para nos morder mortalmente: seus latidos já tropejam com três colunas fortíssimas que se avançam contra nós por todos os lados da terra. Mas nós lhe quebraremos os dentes, nós os venceremos.

«Portugueses, esta história é digna de vós, por isso vo-la ofereço. Todo o português a deve ter e deixá-la a seus filhos e netos, para seu governo e glória. Lede-a sem susto nem temor. Aqui achais a verdade, a piedade, o incitamento à honra e ao lustre da Nação. O seu autor é verdadeiro e como religioso ele é probo e fiel português, o que vos apresento nesta obra é o que vi e não me enganei; é o que ouvi e não fui enganado pelas memórias de sujeitos de grande crédito, os quais me auxiliaram com grande crítica.

«Não repareis no estilo da minha alocução; importe-vos somente a verdade do que se diz e não o modo com que se diz: os sábios tem aquela e não este em consideração na história. Compuz uma obra histórica e não uma peça dramática. Todos falam; e quantos são os homens que falam, tantos são os rostos diferentes e os diferentes, geitos de falar e modos de escrever. Nem todos gostam da mesma cousa; o que agrada a uns não agrada a outros e pelo contrário.

«Na verdade mereço a vossa desculpa, porque tendo acabado em Sete Rios o serviço do Exército Restaurador do General Bernardim Freire de Andrade, em que fui ocupado desde o Porto, lancei mão da pena e com sumo trabalho, em três meses compuz esta obra, para memória das vossas grandes acções, afim de que vossos filhos e netos, a mais remota posteridade e as nações do mundo, lendo-as, louvem o vosso nome e exaltem a vossa glória. Tenho a honra de ser vosso patrício e admirador do vosso heroísmo. Do vosso mesmo sangue,

da vossa mesma religião e da vossa mesma escola, excitado pelo vosso exemplo de virtudes tão grandes, incansável servi e servirei a Pátria até à morte, com a língua, orador, persuadindo fidelidade, a honra, a coragem e a constância; com a espada, soldado, defendendo a religião Santa, a Santa liberdade, o Augusto Trono dos nossos Reis, a glória da Nação e com a pena, historiador, descrevendo e decantando os vossos feitos e acções brilhantes para honra de Deus e dos imortais portugueses. Dignai-vos aceitar este pequeno obséquo deste vosso concidadão.

Os acontecimentos de Espanha e sua repercussão em Portugal

Em meados de Abril de 1808, Napoleão, na ânsia de se apoderar da Espanha o mais rapidamente possível, atraiu a Baiona a família Real do país vizinho e, por meios capciosos, conseguiu que abdicassem nele os seus direitos à Coroa, julgando-se, a partir desse momento, senhor absoluto da grande nação espanhola. Em seguida, deu-lhe como rei, seu irmão José Bonaparte.

Murat, duque de Berg e comandante em chefe das forças de ocupação em Espanha, divulgou ali os termos da Convenção de Baiona, assinada entre a família real e Napoleão, afirmando que tudo aquilo era para felicidade do povo espanhol, que ficava livre «de um governo de discórdias e de estúpidos e sem tino para os negócios públicos». Em seguida pediu às Juntas que nomeassem uma deputação de 150 membros para, em Baiona, com o Imperador tratar dos mais importantes negócios de interesse para a Nação.

Só então a Espanha acordou do pesado sono em que se encontrava mergulhada e, em altos brados, reclamou a restituição do seu amado Rei Fernando VII e das muitas vítimas inocentes que o acompanharam para o exílio.

Deu-se então um levantamento em massa e armou-se a nação inteira, pegando em armas até os bispos, os prelados, clérigos e frades, os quais se misturaram com o povo e dirigiam os batalhões da mocidade

espanhola. No mês de Maio já havia dois milhões de homens prontos a vender cara a vida, pela liberdade da Pátria e pelo regresso do seu rei.

Com o auxílio fornecido pela Inglaterra lutou-se arduosamente para dominar as guarnições francesas e, dentro em pouco, mais de cem mil soldados napoleónicos, veteranos instruídos e treinados em dezenas de batalhas e combates, são vencidos por gente rude em diversas cidades espanholas. O exército de ocupação da Espanha tinha-se desfeito. A intervenção posterior de Napoleão, vindo em pessoa à Península Ibérica, havia de repor em Espanha as guarnições francesas; mas a tentativa de expansão do seu domínio para Ocidente estava inutilizada.

Triunfante a revolução espanhola, é logo expedida uma ordem para Portugal, determinando que fossem capturados os franceses de Lisboa e Porto e transferidos para Espanha como prisioneiros, escoltados pelas tropas espanholas que se encontravam no nosso País, as quais recolhiam ao seu território, deixando Portugal livre e entregue aos seus destinos.

Além das tropas francesas, existiam em Portugal dois Corpos de tropas espanholas, um em Lisboa, sob o comando do general Carrafa e outro no Porto, ás ordens do general D. Domingos Bellesta.

Nesta última cidade, o comandante espanhol, por meio de um golpe de força, conseguiu dominar as tropas francesas e desarmá-las, como vamos verificar.

No dia 6 de Junho, o general comandante do exército francês, Quesnel, quis assistir à romaria do Bom Jesus de Bouças, que se realizava em Matosinhos, para onde se dirigiu a meio da tarde. O general D. Domingos Bellesta, com o pretexto de uns exercícios militares, devidiu as suas tropas pelos diversos pontos da cidade, collocando propositadamente algumas nas proximidades do Quartel General francês. Quando Quesnel, se dirigia à sede do comando, Bellesta, cercando imediatamente o edificio, deu-lhe voz de prisão. Detido o comandante, com o seu Estado Maior, ficou immobilizada a guarnição militar francesa do Porto e os espanhóis senhores de toda a cidade.

Depois desse acto, Bellesta convocou as autoridades portuguesas para uma reunião, perante as quais expôs o

estado das coisas em Espanha e as ordens que recebera, de se recolher ao seu país com todas as tropas do seu comando, levando prisioneiros todos os franceses. A concluir, disse à assistência:

«Agora senhores, tenho a glória de vos deixar tais e quais vos achei: Achei-vos livres, deixo-vos livres. Minha estada no vosso território foi destinada pela sabedoria de um Deus vosso amigo, para proteger-vos da opressão do maior tirano. Eu vos tratei como irmãos e vós a mim da mesma forma; minhas tropas se houveram com os portugueses com a maior honra e amizade e os portugueses as trataram de sorte que a sua humanidade, confiança e ternura serão sempre lembradas por Belesta e seus soldados. Contudo, apartando-me de vós, eu desejo saber qual é o governo que quereis: Se o da ilustre Casa de Bragança, o Imortal Príncipe Regente que está no Brasil, ou o francês, esse Napoleão que esmaga a espécie humana. Nós os espanhóis tomamos o partido da honra! Digam os portugueses que partido tomam!»

Imediatamente, todos os portugueses presentes foram unânimes em afirmar que queriam o governo do Príncipe Regente Nosso Senhor, cuja saudade nunca saíra dos seus corações. O vereador Tomás da Silva Ferraz, levantou-se e disse:

«Eu, a Câmara, a cidade e o Povo, assim o desejamos e requero que seja logo restabelecido o nosso antigo governo. Arvoreem-se as bandeiras portuguesas, arrastem-se as francesas. Descubram-se as Armas Reais da Nação e reduza-se a cinzas a águia rapinante da França e seja tratado como traidor quem não tiver estes nobres sentimentos».

O general Bellesta, cheio de satisfação pelas afirmações que tinha ouvido, resolveu seguir para a Galiza no dia seguinte; mas, antes de abandonar o Porto queria deixar segura a cidade, bem como a Província do Minho, e por

isso entregou o governo da Praça de São João da Foz ao major Raimundo José Pinheiro, seu antigo governador, que logo se dirigiu para ali, a fim de assumir as suas funções, desempenhando o cargo com a guarnição portuguesa que ainda ali existia. A partir desse instante, o governador não teve um momento de descanso e só pensou em aclamar o Príncipe D. João VI no mais curto prazo de tempo.

Foi assim dada à fortaleza de São João da Foz do Douro a honra de aclamar o Príncipe Regente, antes de todas as outras terras portuguesas. Raimundo José Pinheiro, desembaraçado e resoluto, premeditava de que modo deveria aclamar, sem perda de tempo, nessa noite de 6 para 7 de Junho de 1808, D. João VI, porque via nessa aclamação a salvação da Pátria. De madrugada, chama o capelão, os oficiais e soldados e, perante todos, pronuncia o seguinte discurso, inflamado de caloroso patriotismo:

«Todos somos portugueses! Mas que importa ser português e não o demonstrar! Os franceses na cidade estão presos; hoje vão-se embora com eles os espanhóis; e nós ficamos em um estado o mais perigoso; se hoje tivermos coragem e honra seremos livres. Mas se ficarmos sepultados na nossa dor e com as mãos debaixo dos braços, esperando o que nos vier, contentes somente em comer um soldo arretelado por mãos estranhas, seremos desgraçados e faremos desgraçados nossos filhos e netos que amaldiçoarão a nossa cobardia e muito mais sabendo as circunstâncias em que nos achamos de ontem para hoje, sem franceses nestes contornos e os espanhóis e os ingleses a nosso favor, com esta barra aberta, livre e franca. Que nobre exemplo de valor nos dá a Espanha! Toda em armas, desde o sacerdote até ao leigo, desde o menino até ao velho para salvar a Pátria deste mesmo inimigo nosso opressor! Ah! aquela briosa nação já derrama o sangue nos campos de batalha para colocar no trono a um Fernando, roubado pelo monstro e nós havemos de ser menos briosos por meu compadre, a honra dos

homens, o melhor dos Príncipes, o meu amigo, o meu benfeitor, o meu tudo, a glória da Nação, o vosso protector, o vosso pai! Tenho nesta noite invocado a Santíssima Virgem do Rosário, padroeira e orage desta praça e Augusta defensora desta fortaleza que lhe é dedicada. Corroborado com o seu poderoso auxílio chamei-vos, para que juntos comigo proclamemos a nossa liberdade e a defendamos até derramar a última gota do nosso sangue, que tenho fé no Santíssimo Rosário não havemos de derramar nem uma só e havemos de triunfar; demos mútuos juramentos, façamos novos votos: o Céu há-de ser-nos propício, porque a causa é justa e Santíssima».

Quando o comandante terminou o seu discurso, todos responderam unânimemente que era de sua vontade segui-lo sem qualquer hesitação. Por isso, todos prestaram compromisso de honra nas mãos do capelão «jurando em altas vozes a defesa dos Reais Direitos do Príncipe Regente Nosso Senhor, asseverando que ele sempre reinou em seus corações». Em seguida o capelão lavrou nos seguintes termos o auto da aclamação que acabava de realizar-se:

«Aoz sete dias do mês de Junho de 1808, de madrugada, nesta fortaleza de São João da Foz do Douro, onde eu, Padre José Barbosa Correia, Capelão da mesma, fui chamado com os mais membros da mesma fortaleza, abaixo assinados, pelo Excelentíssimo major Governador, Raimundo José Pinheiro e por ele foi dito que tendo sido presos os franceses que estavam no Porto, era justo que na fortaleza se arvorasse a Real Bandeira e se aclamasse o nosso Augusto e legítimo Soberano, o Sereníssimo Senhor D. João, Príncipe Regente, ao que todos unânime e prontamente respondemos que estimávamos e aprovávamos a sua preposição, que sempre estes tinham sido os nossos sentimentos e somente esperávamos oportunidade, pois que o tirano era por nós detestado como inimigo da Religião, dos Soberanos e dos Direitos Sagra-

dos. E sendo então por ele major aclamado o mesmo Real Senhor, todos respondemos com repetidos vivas e aclamações, me mandou deferir a todos o juramento dos Santos Evangelhos e mo deferiu também a mim, debaixo do qual todos nos obrigamos a defender a Religião os Direitos do Nosso Legítimo e amável Soberano e a independência da Nação contra o usurpador, a promover e animar o povo, dispondo-o a tomar parte nesta importante empresa, mandando-me depois fazer, como fiz, uma dissertação à guarnição, em que a exortei a cumprir inviolavelmente um tão sagrado dever, para o que me mandou fazer este termo, que assinei com ele, sobredito major e com os mais juramentados. — Padre José Barbosa Pereira, capelão — Raimundo José Pinheiro, major graduado e governador — José António de Sousa Cardoso, capitão — José Lucas de Sobral, tenente, comandante da guarnição de artilharia do Regimento n.º 4, destacada na dita fortaleza — João Baptista de Pina e Sebastião de Sampaio e Melo, sargentos da fortaleza. — E sendo logo por todos implorado o poderoso auxilio da Virgem Santíssima do Rosário, Padroeira da fortaleza, lhe votaram em nome de Sua Alteza Real que se ela felicitasse tão justa empresa, lhe seria aquele dia sempre consagrado com uma solene festividade, com exposição do Santíssimo Sacramento e procissão, para perpétua memória, confiando da Religião e piedade de Sua Alteza Real a confirmação».

Em virtude do que acaba de referir-se, ao nascer do sol do dia 7, foi solene e publicamente aclamado no Castelo de São João da Foz do Douro o Príncipe Regente de Portugal e arvorada a bandeira real, ao som de salvas de artilharia, foguetes e repiques de sinos das igrejas e capelas da povoação e bem assim nos castelos do Queijo e Matosinhos, aos quais o aludido governador havia transmitido as suas ordens. Raimundo José Pinheiro foi, portanto, o primeiro official português que arvorou o estandarte da Restauração.

Seguidamente, o referido governador declarou aberta a barra do Porto à navegação internacional, facto que comunicou a um brigue inglês que se encontrava fundeado no Douro, pedindo-lhe nessa altura, em nome do Príncipe Regente de Portugal, o apoio que era de esperar da Grã Bretanha. A isto correspondeu gostosamente o comandante inglês, embandeirando festivamente o seu brigue e salvando à terra com 21 tiros, a que correspondeu a nossa fortaleza.

O Comandante da Fortaleza de S. João da Foz, Raimundo José Pinheiro

Eram bem poucos os elementos biográficos que primitivamente se nos depararam, respeitantes a este oficial. Não figura o seu nome no ficheiro dos livros mestres do Arquivo Histórico Militar e um processo individual que se guarda no mesmo Arquivo trata quase exclusivamente dos emolumentos a que ele se julgava com direito, como governador do Castelo de São João da Foz do Douro.

Recorremos, por isso, às folhas de informação e às Ordens do Dia da época, e então a colheita de elementos foi abundante, permitindo-nos documentar a pequena biografia que vamos apresentar deste oficial.

Pela folha de informação respeitante ao 2.º semestre de 1829 se vê que ele era natural de Lamego e assentou praça na classe de soldado, no dia 17 de Agosto de 1783, no 2.º Regimento de Infantaria do Porto, depois Regimento de Infantaria n.º 18, sendo anspeçada em 1 de Março de 1790: «Passou a sargento de Artilharia de Pé de Castelo, por determinação de Sua Magestade, em atenção às suas circunstâncias, valor, merecimentos, boa informação e pleno conhecimento que dele tinha, por aviso de 22 de Outubro de 1793». Foi tenente do mesmo corpo em 10 de Outubro de 1797 e capitão em 29 de Maio de 1802.

Em 31 de Outubro deste mesmo ano foi encarregado de visitar os navios que saíam a barra do Porto, por determinação de Sua Alteza Real.

Por decreto de 21 de Janeiro de 1807 é promovido a major e, em 6 de Junho de 1808, quando o general espanhol D. Domingos Bellesta retira do Porto e leva consigo prisioneiras todas as tropas francesas do Norte, é o bravo major Raimundo José Pinheiro encarregado

do governo interino do Castelo de São João da Foz. Logo na madrugada de 7, o exaltado patriota faz ali a aclamação de D. João VI, nas condições atrás descritas. Em seguida, reunindo muito povo da cidade, dirigiu-se à casa do Bispo, presidente da Junta Governativa, para se eleger o Governo Supremo. Eleito este, foi Raimundo José Pinheiro «nomeado comandante da tropa que proclamou os inauferíveis direitos do dito Augusto Senhor, por proposta do Bispo Presidente».

No ano seguinte, por decreto de 11 de Fevereiro, é promovido a tenente coronel, e por Carta Régia de 13 de Julho de 1811, alcança o posto de coronel, sendo então nomeado governador efectivo do referido Castelo. Passa à situação de reforma em 19 de Dezembro de 1815, mantendo o título de governador. Apesar de se encontrar nessa situação, o Governador das Armas do Porto referia-se a ele nos seguintes termos, numa informação com data de 1 de Setembro de 1816:

«Desde que comando este partido, sempre tem estado nos lugares a que o chamam. Este Oficial tem um génio inquieto e falador, mas, pela sua expressão vê-se que deseja bem servir a sua Alteza Real. Tem vivacidade de mais para comandar».

Devia ser assim mesmo Raimundo José Pinheiro; e só desta forma se compreende que se propusesse fazer a aclamação do Príncipe Regente, num meio ainda bastante hostil e sabendo que tinha contra ele a forte opposição do Governador das Armas do Partido do Porto.

Em 1819 embarca para o Brasil e em 1820 ingressa no serviço activo do exército deste Estado, com uma pensão equivalente aos rendimentos do castelo que havia governado, ficando em serviço no Paço de D. João VI. O monarca, por determinação de 17 de Junho do mesmo ano encarregou-o de passar revista às fortalezas situadas nas capitánias da Baía e Pernambuco, com autorização de passar daí a Inglaterra e depois a Portugal. Por decreto de 5 de Julho de 1824 entra no serviço efectivo do Exército de Portugal, sendo novamente encarregado de visitar as embarcações que saíam a barra do Douro, por determinação de 10 de Fevereiro de 1826.

D. Miguel I, em reconhecimento das provas de lealdade que Raimundo José Pinheiro havia demonstrado, entregou-lhe 1500 armas e mais munições de guerra e encarregou-o de armar os povos da província do Minho, a qual governou na ausência do brigadeiro D. Álvaro, desempenhando também o cargo de governador militar da cidade de Braga, no impedimento do mesmo brigadeiro.

Em 5 de Junho de 1828 foi nomeado presidente da Comissão de Presas, funções que desempenhou até 8 de Janeiro do ano seguinte, data em que foi nomeado governador da Praça de Cascais. (Ordem do Dia n.º 1). Durante o desempenho destas funções foi graduado no posto de brigadeiro, por decreto de 2 de Janeiro de 1832.

Promovido a marechal de campo por decreto de 6 de Novembro de 1833, (O. D. n.º 120 de 8) foi por este mesmo decreto nomeado governador das Armas da Província do Minho, a qual deve ter governado até Abril de 1834, porque, embora não encontrássemos a sua exoneração, vê-se que no dia 4 do referido mês D. Miguel confiou aquele governo ao marechal de campo José de Gouveia Osório. (O. D. n.º 41. de 13)

Pelos relevantes serviços que prestou à Pátria, recebeu o nosso biografado os seguintes galardões:

Cavaleiro Professo e Comendador da Ordem Militar de São Bento de Avis e Medalha de Fidelidade ao Rei e à Pátria, concedida por D. Miguel. Foi-lhe oferecida pelo Ministro da Inglaterra em Portugal uma espada de Honra, que tinha na lâmina o nome de Sua Majestade Britânica «por ter levantado o estandarte do Príncipe Regente de Portugal e pela consideração, zelo e lealdade que tinha pelo seu Soberano»; foram-lhe oferecidos também 36.000 cruzados, que não aceitou, por um comissário do Rei de Inglaterra, em atenção a um grande jantar que deu em nome de Sua Alteza Real.

Vale a pena mencionar aqui também o registo disciplinar deste oficial. Tudo quanto na sua folha se encontra, revela o seu temperamento irrequieto e ardoroso e até, sem dúvida, uma ânsia constante de fazer mais e melhor pela grandeza da sua Pátria.

Foi o ardente patriota preso pela primeira vez no dia 20 de Junho de 1809, acusado de querer amotinar o povo; mas depois considerado inocente «por sentença

do Corregedor do Crime da Corte e Casa, que o classificou de bom cidadão, benemérito dos prêmios correspondentes à sua conduta e decidido comportamento». Contudo, permaneceu nas prisões por espaço de 9 meses.

Foi mandado prender pela segunda vez pelo general Nicolau Trant, em 30 de Março de 1813, por ordem do marechal Beresford, por ter chegado ao conhecimento deste que se encontravam 44 indivíduos escondidos a bordo de um navio americano, que tentavam embarcar para o Brasil sem passaporte. Posto se encontrasse doente e tivesse sido outro oficial quem fizera a visita ao navio, esteve 6 meses preso, sendo por fim julgado inocente;

Pela terceira vez foi detido em 1 de Abril de 1818, também à ordem do marechal Beresford, por ter requerido uma licença que Sua Majestade lhe havia concedido. Foi solto sem nota, depois de ter estado 16 meses na prisão.

Em 29 de Março de 1823, o governo mandou-o preso para Coimbra, onde teve de permanecer por espaço de 2 meses.

Finalmente, pela quinta vez é posto a ferros, em 21 de Agosto de 1826, «pelo crime de colaborador do atroz projecto já começado a pôr em prática, de fazer revoltar o Corpo de Polícia e de aclamar um novo rei e uma nova regência contra as antigas leis fundamentais da Monarquia e contra os indisputáveis direitos do Senhor D. Pedro IV, legítimo Rei de Portugal, e contra a Carta Constitucional por ele dada e jurada pela Nação». Foi posto em liberdade, depois de ter estado preso durante 45 dias e 22 no segredo.

Eis os elementos biográficos que nos fornece a folha de informação atrás referida, que tem a autentica-la a opinião do Governador das Armas da Corte e Província da Estremadura, general Visconde de Veiros, com as seguintes palavras: «Cumpre com as suas obrigações com actividade e zelo do Real Serviço».

Frei António Pacheco faz, no seu Manuscrito, a este official as justas referências que vamos transcrever:

«O major Raimundo José Pinheiro, governador da fortaleza de São João da Foz, é o primeiro herói que se nos oferece em Portugal a aclamar S. A. R. nesta Restauração. O facto acima exposto assim o comprova. Mãos cheias

de flores devem ornar a sua frente. Além do que fez nos dias 6 e 7 de Junho, ele, pelo seu zelo e honra, ouviu a voz de preso e foi reprimido por Luís de Oliveira, governador das armas, por arvorar as bandeiras no seu castelo. Fugiu e viveu oculto na cidade, em casa do capitão de navio José Dias Carmon, rasgando de noite as ordens e proclamações de Junot e Oliveira, e afixando pasquins contra eles, sem arriar as bandeiras que tinha jurado defender. Nos dias 18, 19, 20 e seguintes do mesmo Junho, ninguém pode explicar quanto este homem trabalhou na Restauração. Eleito pelo Governo Supremo em comandante em chefe do Campo de Santo Ovídio, segundo o decreto de 22 do mesmo mês, aí abriu foços, formou baluartes, dispôs as companhias e as corroborou com o seu braço. Desembaraçado e ágil, Raimundo aparece em todos os lugares, manda persuadir, aclama. Parece mais que homem. Novas baterias seguram o Porto pelo Sul; foi Raimundo quem as formalizou e defendeu. Junot chegou a dizer que, nesta revolução, era Raimundo o homem mais temível à França».

Militando Raimundo José Pinheiro na facção realista e sendo em 1828 comandante militar de Braga, em 3 de Julho, tentou com uma força de 800 homens, opor-se à passagem das forças liberais que emigravam para a Galiza. No pequeno combate que se travou à distância de meia légua da cidade, as forças liberais quebraram a resistência que se opunha à sua caminhada e o herói do Castelo de São João da Foz teve de render-se e consentir na passagem dos seus compatriotas, que se dirigiam para o exílio.

Já com o posto de brigadeiro, juntou-se em Beja às forças miguelistas comandadas pelo Marechal de Campo Visconde de Molelos e participou na acção destas tropas, para impedir, aliás sem resultado, a marcha da coluna liberal que se dirigia a Lisboa. A sorte das armas não sorria agora ao herói do Castelo de São João da Foz do Douro.

Numa pequena obra poética, dedicada aos heróis da Restauração de Portugal, intitulada «Ode Heróico-Histórica à Gloriosa Restauração de Portugal», lemos

as seguintes quadras alusivas aos acontecimentos que vimos descrevendo:

Já d'improviso cáhe do atroz commando
 Por Beléstá, captivo Quesnel-bravo
 Precursores sinais no Porto indicam
 A Revolução próxima

Raimundo à Foz do Douro vae correndo
 Arvorar sôbre as ondas, occêânicas
 Bandeira tremulante que previne
 Os soccorros britannicos.

Este livrinho tem na capa, em complemento do título acima indicado, os seguintes dizeres:

«Em investiva aos francezes, oferecida ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, do Conselho de Estado de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, Grã Cruz da Ordem de Avis e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 6 de Junho de 1808, por José de Paula Morais Louro Portugal.» (1)

Os sucessos de Guimarães e formação de um corpo de tropas nesta vila

As palavras que abaixo transcrevemos, escritas por Frei António Pacheco, parece terem sido especialmente de dicadas ao povo da nobre cidade de Guimarães e aos actos de patriótica bravura que levou a efeito nessa época tão atribulada da existência da nossa nacionalidade. Efectivamente, se o manuscrito tivesse precedido os acontecimentos que os vimaranenses praticaram, poderia dizer-se que esta exortação do autor lhes teria inspirado as acções, e espicaçado o seu ardente patriotismo para tão grande empreendimento, que foi o primeiro passo para a libertação da Pátria do jugo estrangeiro.

(1) Cota n.º 20.756, na Biblioteca do Estado Maior do Exército.

Eis as palavras do autor do manuscrito, insertas no § 7 da sua obra, intituladas «Misericórdia de Deus sobre Portugal.»

«Finalmente, o pai de Misericórdia, Nosso Senhor Jesus Cristo, amantíssimo defensor dos portugueses, cujas sacrosantas cinco Chagas nos deu, não só em penhor do seu amor e protecção, mas também para ornarmos as nossas bandeiras e termos a mais gloriosa divisa das Nações do Universo, compadecido de nós os portugueses, mergulhados em um mar de tantos males sem remédio; e já desafiada a sua justiça por tantos e tão atrozes crimes dos franceses, benigno perdoa a Portugal os seus pecados, abre-lhe o seio da sua piedade, anima todos os portugueses, e faz soar no coração de cada um estas vozes consoladoras e de confiança: — Está chegado o tempo para vós tão suspirado. Compadeco-me da vossa miséria e desgraça. Vós sois o meu povo e eu sou o vosso Deus. Ressurgi, pegai nas armas. Já sobre as prais do Oceano, nas altas ameias do Castelo da Foz do Douro tremulam há dias as minhas Chagas em vossas bandeiras. É o sinal da paz entre o céu e Portugal e é também o sinal que vos chama. Às armas portuguesas, às armas. Eu sou o Deus dos Exércitos, aquele Deus que animei o pequeno David contra os robustos gigantes, aos quais só com pedradas decapitou nos campos das batalhas. Eu estarei sempre convosco, assim como sempre o estive desde o primeiro Afonso, até ao último dos vossos reis. Sêde justos, sêde santos, amai-me de todo o vosso coração e vereis cair o ímpio sem maior trabalho de vossos braços».

Ora a aclamação em Guimarães foi precedida de uma cerimónia religiosa realizada na igreja de Nossa Senhora da Oliveira, na qual o autor do manuscrito proferiu um patriótico sermão. É provável que ele tenha ali pronunciado estas mesmas palavras, ou outras parecidas, e que elas fossem suficientes para levarem os patrióticos vimaranenses à realização da sua ousada empresa.

Em Lisboa, os acontecimentos tiveram um desfecho precisamente contrário ao que sucedeu no Porto. Junot, prevenido a tempo, pode desarmar e aprisionar as tropas espanholas que ali se encontravam, ficando assim livre do seu inimigo n.º 2, porque o seu mais terrível adversário seriam sempre os portugueses.

O comandante francês tomou imediatas providências para dominar as províncias do Norte, sublevadas contra ele, encarregando dessa missão o general Loison, o qual, partindo de Lisboa a 11 de Junho, alcançou Almeida em 17, quase sem ser pressentido pelos portugueses nem pelos ingleses. Junot havia resolvido fazer uma convocação de 50.000 recrutas portuguesas em todo o País, para mandar de presente a Napoleão e para combaterem contra a Espanha. Esta notícia apavorou deveras os portugueses e mais irritou ainda as populações contra os franceses. Loison faria este recrutamento nas províncias do Norte de Portugal.

Em 15 e 16 de Junho começaram a aparecer nas comarcas os agentes encarregados de reunir esse grande contingente de portugueses para serem incorporados nas fileiras do grande Exército Imperial da França.

Precisamente no dia 16 de Junho de 1808, festivo pela solenidade do Corpo de Deus, logo de manhã apareceram na vila de Guimarães muitas pessoas de elevada categoria «com o laço da Nação Portuguesa no chapéu, festejando publicamente o Augusto nome de Sua Alteza Real o nosso Príncipe». Afirma Frei António Pacheco que o povo alegremente festejava aquele sinal, e só esperava que alguém levantasse a voz da libertação da Pátria, do tirano jugo dos seus dominadores. No dia seguinte, 17, já se festejava arrogantemente a restauração em Guimarães, nas ladainhas e nas iluminações pomposas que se faziam de noite, ao som das músicas, à porta da igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Padroeira do Reino, implorando a sua protecção e forças para a realização de tamanha empresa. O sub-chantre Manuel Alves, animava os vimaranenses com a sua coragem, aparecendo em público com um alfanje na mão e duas pistolas à cinta. Juntavam-se a este patriótico padre alguns religiosos, à frente dos quais se destacava o Cónego Breas, armado com uma grande espada desem-

bainhada, um cinto de pistolas e uma carabina. Em volta deles, muitos rapazes da vila, aos quais os religiosos bradavam:

— Vamos a eles, a esses cães que nos querem proteger!

— Vamos nós protegê-los com estas espadas!

Apesar destas arrogantes manifestações de alto patriotismo, ninguém se resolvia a fazer a proclamação do Príncipe Regente.

Só pelas 17 horas do dia 18 se fez a desejada aclamação, em alegres vivas, ao toque festivo de todos os sinos da vila e seu Termo. Em sinal de regosijo, a comunidade de São Domingos fez desfilar por toda a vila uma solene procissão, com a imagem de Nossa Senhora do Rosário, à qual assistiu muitíssimo povo. Quando a procissão recolheu, já muito de noite, o autor do manuscrito a que nos vimos reportando, Frei António Pacheco, fez um patriótico sermão, excitando o povo a bater-se nesta grande cruzada, rendendo graças a Deus e aclamando do púlpito, em altos brados, o Príncipe Regente, a Rainha Nossa Senhora e a Família Real. As suas exortações respondia o imenso povo, atroando a igreja com os seus calorosos vivas e chorando gostosamente de alegria. Seria essa noite a mais festiva que Guimarães havia vivido desde há muitos anos ou até «desde que era povoação», na opinião do autor do manuscrito.

Na manhã do dia 19 teve lugar outra procissão ordenada pelo Senado, à qual também assistiu muito povo de todas as categorias, cantando hinos de louvor pela restauração e glória de Portugal. Das janelas eram lançadas flores às mãos cheias sobre o pátio e as imagens que a acompanhavam. Nesse mesmo dia percorrem a vila ricos carros triunfais armados à custa do capitão Jerónimo Vaz, que conduziam retratos da família Real e fingiam náus que representavam o seu regresso ao Reino.

Frei António Pacheco descreve desta forma a luxuosa procissão:

«Naus triunfantes puxadas por eclesiásticos e estudantes, em duas alas, vestidos de tritões, de folfinhos, de sereias e de vários peixes, cantando a música e instrumentos as canções mais festivas e análogas com letra e solfa, toda própria de tal objecto e de tais marítimos, tal e

qual se pode isto fingir, indo adiante o Deus Neptuno com seu tridente todo alegre e risonho, vestido de gala, com um grande manto azul riquíssimo, rodeado de um cardume de peixes todos alegres. Nunca se viu procissão tão nobre e festiva, correndo todas as praças e ruas da vila, que estavam iluminadas com primor, indo em diversos lugares acompanhando outros concertos de música e infinito povo até de madrugada. Clérigos, Nobreza, Povo desta vila, apareceram desde a primeira hora da aclamação com tope e armados, e até as mesmas mulheres e crianças trazem topes e punhais».

Feita a aclamação do Príncipe Regente e conhecida a imposição que Loison iria impor aos povos do Norte, tornava-se necessário preparar a resistência, para prevenir alguma surpresa desagradável do comandante inimigo.

O povo de Guimarães escolheu uma junta governativa para tomar as providências necessárias e organizar um exército capaz de se bater contra os invasores e todos se dispuseram a obedecer a esses tres homens, aos quais o autor do manuscrito dá a categoria de ministros.

Faziam parte da referida Junta os três principais magistrados da vila, o Provedor Manuel Martinho Falcão de Castro, o Corregedor Manuel António Borges da Silva e o Juiz de fora Dr. José Freire de Andrade. Os membros escolhidos tomaram logo conta do governo da vila e sua comarca e, reunidos quase noite e dia na Casa do Senado, tomaram as mais acertadas providências para a organização da força que julgaram indispensável para se bater pela Pátria. De acordo com o povo, que esteve sempre a seu lado, mandaram fundir grande quantidade de balas e cartuxos, trabalho de que se encarregou o sargento-mor José António da Silva, fazendo ele muitas, por suas próprias mãos, e ensinando outras pessoas a manufactura-las e escolheram um oficial para comandar a grande coluna que se preparava. Recaiu a honrosa escolha no tenente-coronel de cavalaria 12, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, por parecer o mais hábil e competente, entre os muitos oficiais que se encontravam na vila, para desempenhar o elevado cargo de organizar e dirigir a resistência. Para evitar melindres entre

o grande número de oficiais que existiam em Guimarães com patente superior a Teixeira de Magalhães, o governo da vila deu-lhe a categoria de general, que de resto ele bem mereceu, porque do seu bom comportamento resultou a derrota de Loison.

Os hábeis ministros de Guimarães animaram o povo a tomar resoluções das mais acertadas. Mandaram officios urgentes ao Porto e a todos os bispos, arcebispos e governos de todas as praças, vilas e cidades do Minho e Trás-os-Montes, convidando-os a que se dirigissem ao Douro contra Loison. Foram tão acertadas as providências e resoluções tomadas, que o grande exército que se formou em Guimarães foi abastecido com enorme quantidade de pão, peixe, vinho e carne, bem como de todos os outros géneros necessários à sua sustentação, e que, tendo comido todos à vontade, ainda sobejaram sete carros de pão e três de peixe, que de Mesão Frio e de Amarante voltaram para Guimarães, para serem distribuídos pela gente pobre, para que ninguém tivesse fome em dias de tanta alegria.

Nesta altura da sua descrição, diz Frei António Pacheco:

«Oh milagre! oh bênção do Senhor! Portuguezes alegrai-vos porque o céu é por nós! Eu o vi, eu o préguei ao povo então pelos caminhos e praças públicas, à vista das misericórdias do Senhor Deus da abundância; milagre, à vista do qual o povo chorava com gosto e louvava ao Senhor: pão fresco excelente, peixe magnífico, pescada e sardinha fresca, vinho do melhor do País, concorrendo também para esta grande abundância, todos os conventos de frades e freiras, muitos lavradores ricos, abades e párocos, que, cosendo o pão e abrindo as adegas, mandavam gratuitamente o pão aos carros e o vinho às pipas, para fornecer ao exército e distribuir pelo povo, para que não soffresse fome nem sede e podesse batalhar com coragem e energia. Nunca no Mundo, ó gerações vindouras, nunca no Mundo se viu tanto amor pelos seus Príncipes, tanta religião, nem tanto patriotismo, como nestes dias por estes povos de Guimarães e mais terras que concorreram a esta acção guerreira.»

Assim se exprimia, com todo o ardor do seu entusiasmo, com o calor do seu inflamado patriotismo, Frei António Pacheco, que fazia parte de uma das companhias de eclesiásticos da grande coluna, batendo-se com as armas na mão e com a sua palavra fluente, pela liberdade da nossa Pátria.

Comecemos agora por aludir às diversas unidades militares ou militarizadas que em 1808 se criaram em Guimarães para a defesa da Pátria, nessa época heróica, do mais puro e elevado patriotismo. Queremos mencionar, antes de mais, as duas aguerridas companhias de eclesiásticos que ali se formaram voluntariamente. Não quiseram os padres de Guimarães fazer somente a propaganda da guerra contra o invasor; dispuseram-se também a empunhar uma espingarda e a ir para a vanguarda como soldados, ao lado dos seus irmãos de armas, assistindo-lhes espiritualmente e acompanhando a acção com a palavra do Evangelho, pois, pelo caminho, várias vezes falavam ao povo para o entusiasmar.

Uma dessas companhias era constituída pelos religiosos e por 120 soldados. Comandava-a o Prior de São Domingos, Frei António de São Jacinto Nunes, que tinha como tenentes os guardiães de São Francisco, João da Graça Salgado, e de Santo António, Frei António Pacheco, o autor do Manuscrito de que nos ocupamos. Outra companhia em número superior a 300 homens, pertencia ao Cabido da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, da qual faziam parte todos os religiosos da referida Igreja, todos comandados pelo coronel João do Couto Ribeiro de Abreu. Estas organizações foram autorizadas pelo Governo supremo do Porto.

«O coronel João do Couto Ribeiro de Abreu, sendo cadete do regimento de Cavalaria de Miranda, passou a sargento-mor do regimento de milícias de Guimarães, por patente de 14 de Junho de 1779, onde foi presente em 14 de Agosto. Isto segundo uma certidão passada pelo coronel do mesmo regimento, João António Vieira de Melo Alvim, em 27 de Janeiro de 1798. Porém, como em 1779 não existiam regimentos de milícias, os quais só foram criados em 1795, deve tratar-se do Terço Auxiliar

de Guimarães, de que tratamos do número XLVII desta revista. Esta referência confirma a existência do aludido Terço na data indicada e que dele se formou, em 1796, o Regimento de oficiais da mesma cidade.

«O coronel João do Couto tinha sido reformado em 1806, mas, apesar de se encontrar nessa situação, envergou mais uma vez a sua farda honrada de oficial do Exército Português, para defender a Pátria em perigo».

Uma companhia formada por rapazes ricos, com 200 mancebos voluntários e destemidos, foi também organizada em Guimarães. Animada pela mais intensa propaganda, a mocidade vimaranense formava voluntariamente companhias de guerra e armava-se com uma rapidez incrível, obedecendo e instruindo-se como se fossem experimentados soldados. Grande número de oficiais que residiam na comarca, compareceram imediatamente nos seus quartéis, levando logo consigo muitos soldados que tinham tido baixa, ou eram desertores. O grito de guerra levantado em Guimarães, foi um brado de armas que se repercutiu de serra em serra e de vale em vale, por todos os recantos das províncias do Minho e Trás-os-Montes.

Reorganizou-se o Regimento de Milícias de Guimarães, sob o comando do coronel António Cardoso de Meneses Ataíde Azevedo de Sousa e Vasconcelos, que prestou nesta emergência assinalados serviços.

«Este oficial, sendo cadete do Regimento de Cavalaria de Chaves, passou como tenente coronel ao regimento de milícias de Guimarães, em 17 de Setembro de 1796. Foi promovido a coronel em 20 de Julho de 1803. Alguns livros de matrícula e de vencimentos deste regimento que se guardam no Arquivo Histórico Militar demonstram que este coronel ainda comandava a unidade em 1833. Era tenente coronel do mesmo regimento António do Couto Ribeiro de Abreu, filho do coronel João do Couto, atrás referido».

Estavam organizadas na nobre cidade as unidades que deviam marchar ao encontro do inimigo e a sua instrução para a guerra era ministrada quase sem interrupção, porque o tempo era pouco e tornava-se necessário aproveitá-lo para poderem seguir para as margens do Douro o mais rapidamente possível.

Enquanto prosseguia a instrução dos recrutas, pensava-se também na preparação de armamento e munições; como esta cidade era já um apreciável centro industrial, particularmente de cutelaria, foram aproveitadas as suas diversas oficinas, por ordem da Junta, para trabalharem no armamento e munições de guerra. Além disso, foram armados no Terreiro das dominicas grandes alpendres, onde se colocaram também forjas e bigornas, junto das quais trabalhavam, dia e noite, ferreiros, cuteleiros e espingardeiros, na preparação de milhares de baionetas, alabardas e piques e na reparação de milhares de espingardas, tudo por conta do Senado da Câmara.

Nessa altura tudo passou a concorrer para a guerra e Guimarães era então um verdadeiro arsenal, onde todos trabalhavam alegremente para a libertação da Pátria. O povo subscreveu generosamente para esta grande empresa, e em três dias reuniram-se muitos milhares de cruzados para as despesas da luta que em breve iria travar-se.

Houve até pessoas pobres que, pedindo de porta em porta, entregavam à noite o que tinham adquirido por caridade.

Dez mil alqueires de trigo e milho em farinha, pipas de vinho às dezenas para sustento do grande exército, centos de cavalgaduras de carga para transporte das bagagens, tal foi a larga contribuição com que o povo subscreveu para a preparação das companhias paisanas, tão prontamente formadas para defenderem a terra portuguesa.

Mas além de tudo isso, Guimarães forneceu para essa luta heróica o mais precioso elemento, sem o qual nada seria possível fazer: o material humano, constituído por muitos milhares de mancebos, robustos e corajosos, dispostos a darem a vida pela Pátria.

Apresentemos seguidamente algumas notas biográficas do comandante da coluna de Guimarães.

O Comandante da Coluna de Guimarães, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda

Nasceu em Vila Real no dia 21 de Agosto de 1763. Foram seus pais, António Teixeira de Magalhães e Lacerda e sua esposa, D. Ana Pereira Pinto de Azevedo Souto Maior.

Teixeira de Magalhães foi Senhor da Casa da Calçada, em Vila Real, Morgado de Celeirós, Visconde do Pêso da Régua, Comendador das Ordens Militares de Cristo e da Torre Espada, Conselheiro de Guerra, condecorado com a Cruz n.º 3 da Guerra Peninsular e com a medalha de Fidelidade à Pátria e ao Rei, instituída por D. Miguel.

Não é fácil tarefa traçar a biografia deste oficial, por ser deficiente quanto sobre ele se tem escrito, inclusivamente num artigo que lhe dedicou o saudoso Coronel Ferreira Lima, inserto num suplemento do *Diário da Manhã*, em 16 de Fevereiro de 1947, no qual o autor afirma que Magalhães e Lacerda já era capitão em 1793 e que, «como tenente coronel tomou parte, aliás pouco distinta, nas lutas liberais». Nada disto se pode confirmar, pois nenhum documento diz que tenha sido capitão na referida data, e se a sua colaboração nas lutas liberais não foi das mais distintas, a maneira como se bateu na Guerra Peninsular foi brilhantíssima, como aqui demonstraremos. Que nos perdoe a memória do antigo director do Arquivo H. M. as correcções que temos de fazer ao seu artigo no decorrer deste estudo biográfico, dever que a verdade histórica nos impõe.

Do Livro mestre (E 12, 2) do regimento de cavalaria 12, único códice deste género onde encontramos o seu nome, consta que assentou praça no referido Corpo e prestou juramento de honra, em 1 de Março de 1797, data em que foi promovido a capitão por ter apresentado uma companhia de cavalos à sua custa. (Patente passada por Sua Majestade, na mesma data).

Na folha de informação referida, a 1 de Julho de 1802, dizia dele o comandante do Regimento de Cavalaria n.º 12, coronel Pedro Pedegache Soromenho Brandão:

«Tem casa fidalga, tem disposição para ser um bom oficial, tem conhecimentos de gramática portuguesa e latina, é muito eficaz no serviço e exercícios e não lhe falta inteligência».

Vê-se também do Livro mestre acima referido que foi promovido a major em 12 de Outubro de 1803 com exercício de ajudante de ordens do Partido do Porto; a sua promoção a tenente coronel, com a qual voltou ao seu regimento, consta neste livro em 1 de Janeiro de 1805 e no livro de vencimentos da mesma unidade (V. 12, 3, fl. 7) em 9 de Abril de 1806.

Em 1808 marchou com dois esquadrões do seu regimento para Coimbra, onde encontrou uma comissão de oficiais franceses encarregada de apurar os regimentos de cavalaria do Norte. Perguntando-lhe estes se queria ficar ao serviço de Napoleão ou ter baixa, declarou logo, sem a menor hesitação, que optava pela segunda alternativa. Se os oficiais franceses pudessem supor o que Magalhães e Lacerda viria a realizar três meses depois, nunca lhe consentiriam que escolhesse o caminho que preferia seguir! Estava-se a 20 de Março, e o futuro Visconde do Pêso da Régua retirou-se imediatamente para a sua casa de Guimarães. Não chegou, porém a estar três meses inactivo, porque, no dia 11 de Junho fez a sua apresentação no quartel do seu regimento e ficou aguardando que este fosse reorganizado.

Mas, no dia 18 do mesmo mês, a Junta governativa estabelecida em Guimarães e o povo da vila, escolheram-no para comandar a brava hoste que ali se preparava para combater os franceses e aclamar D. João VI. Veremos mais adiante a maneira corajosa e inteligente como ele instruiu, preparou e comandou as tropas que foram postas à sua disposição.

Pelos brilhantes serviços que prestou nessa emergência recebeu o nosso biografado muitas felicitações, entre elas uma carta do Bispo do Porto, presidente da Junta Militar da mesma cidade, na qual lhe tributava efusivos agradecimentos e louvores pela sua heróica atitude, classificando-o de «fiel vassalo». Deve ter sido também esta acção que lhe deu jus à concessão do título de Visconde do Peso da Régua, posteriormente conferido.

Magalhães e Lacerda, por proposta do marechal general William Carr Beresford, foi nomeado comandante do regimento de cavalaria n.º 5 em 3 de Julho de 1809. No desempenho deste cargo foi repreendido pelo mesmo marechal em Ordem do Dia de 30 de Outu-

bro do mesmo ano, por lhe ter dirigido dois requerimentos que não seguiram as vias competentes. Apesar disso propôs a sua promoção a coronel, que teve lugar em 15 de Novembro seguinte, e a brigadeiro, a que ascendeu em 5 de Fevereiro de 1812, data em que deixou o comando do regimento. (Ordem do Dia n.º 23)

Nas investigações a que procedemos não se nos deparou a sua nomeação para qualquer cargo durante o tempo em que foi brigadeiro.

A sua promoção a marechal de campo efectuou-se em 12 de Outubro de 1815, (Ordem do Dia de 1816, pág. 20) e em 28 de Novembro desse ano foi nomeado comandante da 5.ª brigada de Cavalaria, composta dos regimentos 8 e 11; deste comando passou para a 6.ª brigada, composta dos regimentos 9 e 12. (Ordem do Dia de 29 de Maio de 1818)

Aderiu à revolução de 1820 e sendo designado pela Junta do Porto para governar as Armas do Minho, assumiu estas funções em 29 de Agosto, em Viana do Castelo, (documento da sua autoria existente no seu processo) ficando com o comando de todo o Exército do Norte. (Livro de vencimentos I 51-2, folhas 73). Marchou depois com esse Exército por Viseu, para Coimbra, a fim de ali se juntar às forças que haviam partido do Porto. Em Coimbra assumiu o comando de todo o Exército do Norte e do Sul, que conduziu a Lisboa, sem contudo deixar de ser governador das Armas do Minho, cargo que posteriormente reassumiu.

Por Portaria de 20 de Dezembro desse mesmo ano de 1820 foi nomeado presidente de uma comissão encarregada de reorganizar o Exército. (Ordem do Dia n.º 24). Em 1821, (Ordem do Dia n.º 37) assumiu o comando da margem direita do Tejo, desde Belém até à Torre de São Julião e da costa, desde a mesma Torre até ao Cabo da Roca.

Em 19 de Fevereiro de 1822 transitou para o Governo das Armas de Trás-os-Montes, nomeado por Carta Régia de 10 do referido mês.

Desgostoso com a marcha dos acontecimentos, deu a sua adesão à sublevação do Marquês de Chaves, que contrariava as ideias liberais vintistas e que teve lugar em 21 de Fevereiro de 1823. Sendo a revolta sufocada, teve de emigrar para Espanha com o referido Marquês,

seu amigo pessoal. Comandava então as tropas constitucionais o general Luís do Rego Barreto, oficial de grande categoria e capacidade militar, que destroçou as hostes adversárias em Amarante, no dia 25 de Março. (Existe no Arquivo Histórico Militar um quadro representativo desta batalha)

Porém em Maio seguinte, os acontecimentos que se passaram em Lisboa e ficaram conhecidos pela *Abrilada*, novamente abriram as portas da Pátria aos exilados, e Magalhães e Lacerda voltou ao País, recebendo nesse ano o título de Visconde do Pêso da Régua, em duas vidas, por despacho de 3 de Julho.

Pela Ordem do Dia n.º 12, de 5 de Maio do mesmo ano, foi nomeado vogal de um Conselho Militar incumbido de propor as promoções que deviam galardoar os militares que haviam pertencido à divisão revoltada do Marquês de Chaves.

Por motivos que não nos foi possível averiguar, mas naturalmente por ter perdido a confiança de D. Miguel, foi detido e mandado para São Julião da Barra, como se vê do officio n.º 6, dirigido ao Ajudante General Manuel de Brito Mouzinho, do seguinte teor: «Às seis e três quartos desta tarde, entrou nesta Torre preso à ordem de Sua Alteza o Sereníssimo Senhor Infante D. Miguel, conduzido pelo Brigadeiro Manuel Caetano Teixeira Pinto, o Visconde do Pêso da Régua e desejo que V. Ex.^a se sirva dizer-me se pode ter ou não a Torre por homenagem, porque o condutor diz só que lhe deram ordem para o conduzir a esta Torre. Estretanto fica em Custódia, até V. Ex.^a ordenar outra cousa. — Deus Guarde a V. Ex.^a muitos anos. Torre de São Julião da Barra, 2 de Maio de 1824».

Em todas as investigações que fizemos não se nos deparou qualquer documento que trate da sua reabilitação; é de presumir que a partida de D. Miguel para o estrangeiro, poucos dias depois, desse motivo à sua libertação. Mas não há dúvida que a desavença entre ambos desapareceu, porque o novo Visconde seguiu a causa absolutista, e D. Miguel confiou-lhe posteriormente altos postos de comando.

O nosso biografado, em 30 de Agosto de 1825, foi nomeado presidente da Comissão encarregada de

elaborar a nova Ordenança da Cavalaria, em substituição do brigadeiro João da Silveira de Lacerda. (Livro I 5-3, fls 29)

Passou à situação de reforma nos termos da Lei então vigente, isto é, com o posto de tenente general, em 4 de Janeiro de 1827, sem qualquer explicação por semelhante mudança, mas a que não seria estranha a política. Por ordem de D. Miguel, voltou ao serviço activo por decreto de 8 de Maio de 1828 e por Carta Régia de 10 recebeu o encargo de ir governar a Província de Trás-os-Montes, funções que assumiu no dia 25. (Livro I 5-3, fls. 29) Foi exonerado deste cargo em 22 de Junho de 1830, data em que passou a desempenhar as funções do «eminente cargo de Conselheiro de Guerra para que foi nomeado». (O. D. n.º 36, da mesma data).

A 14 de Novembro do ano immediato, assumiu o comando da 1.ª Divisão do Exército de operações no Norte. D. Miguel dividiu então o seu exército em 5 divisões.

Por aviso de 26 de Junho de 1832, aceitou Sua Majestade a oferta feita por este official, para as despesas do Exército, da gratificação que havia vencido como comandante da 1.ª Divisão do Exército de Operações e bem assim todas as que continuasse a vencer no mesmo cargo.

Neste mesmo ano foi-lhe confiado o encargo de comandar as forças que sitiavam a cidade do Porto, onde se encontrava cercado o Exército liberal, pouco antes desembarcado nas praias do Mindelo. Não podemos deixar de transcrever a honrosa Carta Régia que lhe confere tão alto cargo e latos poderes para bem exercer as suas elevadas funções:

«Visconde do Peso da Régua, Conselheiro de Guerra, tenente general dos meus Reais Exércitos e comandante da 1.ª Divisão do Meu Exército de Operações: — Eu, El-Rei, vos envio muito saudar. Tendo em consideração o vosso distinto merecimento e outras circunstâncias que na minha real presença vos tornam digno de atenção: Sou servido ordenar-vos que passeis immediatamente a tomar o comando de todas as tropas do meu Exército que se achem empregadas em operações contra os rebeldes que existem na cidade do Porto, concedendo-vos toda a ampla autoridade sobre os generais das três províncias do Norte e Partido do Porto

em tudo o que for relativo a esta comissão de vos encarrego. Assim, o cumprireis. Paço de Caxias, 4 de Agosto de 1832 — Rei»

Não desempenhou estas funções por muito tempo, porque, em Outubro seguinte, tendo sido reformado o general Visconde de Veiros, Governador das Armas da Corte e Província da Estremadura, Magalhães e Lacerda transitou para este elevado cargo, por Carta Régia.

Porém, no ano seguinte, os liberais, vindos do Sul, brilhantemente comandados pelo Conde de Vila Flor, apresentaram-se em frente de Lisboa e o Governador das Armas, na madrugada de 24 de Julho de 1833, abandonou a capital ao adversário, apesar de ter às suas ordens um exército muito superior ao atacante e todos os meios de defesa que uma cidade como Lisboa podia oferecer. Em seguida retirou-se para a Província e entregou-se aos liberais antes da assinatura da Convenção de Évora Monte. Esta sua atitude foi àcremente criticada por alguns historiadores.

Da «Ode Heróico-Histórica à gloriosa Restauração de Portugal», que atrás citamos a propósito da biografia de Raimundo José Pinheiro, destacamos mais esta quadra e nota inclusa, dedicadas a Teixeira de Magalhães e Lacerda:

O Denodado Minho impele a Beira: (1)
Coimbra entusiasmada se distingue;
Que belicoso ardor Minerva infunde
Sobre o Corpo Académico.

(1) Gaspar Teixeira de Magalhães e Monsenhor Miranda merecem uma especial menção pelo distinto patriotismo e valor, com que à frente dos paisanos do Minho forçaram Loison a repassar o Douro e retroceder para a Beira por Lamego, onde a impulso de Monsenhor Miranda se fez depois a Restauração.

A Junta Suprema do Governo, instalada no Porto, que confirmou tantas resoluções tomadas pelas Juntas governativas que se criaram por todo o País, não manteve a promoção de Gaspar Teixeira de Magalhães a general.

Faleceu Teixeira de Magalhães em Fevereiro de 1838. (L.º de venc. I 51-5, f. 2).

A marcha de Loison

Junot havia escolhido o general Loison para restabelecer o seu domínio no Norte de Portugal e ensinar os povos destas províncias a serem submissos à sua vontade onnipotente. Porém, desta vez enganara-se.

O trajecto da marcha de Loison para o Norte era desconhecido, constituindo a mais grave preocupação da Junta do Porto e de vários comandantes das nossas tropas. Na Beira, o general Bacelar encarregava o Major Francisco de Paula Vieira da Silva Tovar e Albuquerque, mais tarde Barão e Visconde de Molelos, de vigiar a marcha do general francês, e no Porto, o general Bernardim Freire de Andrade incumbiu o coronel Alexandre de Serpa Pinto de descobrir o itinerário de Loison, a fim de proceder de harmonia com a sua manobra. Felizmente, a heroica coluna vimaranense devia livrar a Junta Governativa do Porto e todos os comandantes de tão graves preocupações, escorraçando o inimigo para o Sul. E o general Freire de Andrade pôde assim entregar-se, tranquilamente, à organização do seu valoroso exército, para colaborar com as tropas inglesas na derrota de Junot. O general Vitoriano José César diz que Loison se encontrava na Beira, quando recebeu a incumbência de Junot, mas o autor do nosso manuscrito afirmou que ele partira de Lisboa a 11. Fosse como fosse, o certo é que o general francês saiu desta praça em 18 de Junho para o Porto e marchava apressadamente, porque não havia tempo a perder. Loison viajava pomposamente, em sumptuoso coche puxado a três parelhas, guardado por 40 soldados a cavalo e seguido por uma banda de música. Pernoitou a 20 em Lamego e em 21, depois de atravessar o Douro, na Régua, chegou a Mesão Frio, como um verdadeiro triunfador, onde tencionava jantar e pernoitar, para seguir no dia seguinte para Amarante. Nessa altura não tinha ainda conhecimento da grande sublevação do Minho, cujo principal fulcro era a vila de Guimarães. Por isso, até esse momento, a reocupação das nossas províncias do Norte parecia-lhe fácilíssima. Era um autêntico passeio militar, que devia terminar no Porto no dia 24, onde daria por terminada a primeira parte da

sua missão. O resto obedeceria sem resistência e então poderia comunicar a Junot, ufano, o seu magnífico triunfo, que este ofereceria a Napoleão.

Eram três horas e meia da tarde quando Loison se sentara à mesa para soborear o succulento jantar que lhe tinha sido preparado por cozinheiros idos de Lamego e de outras terras; a refeição seria acompanhada dos melhores vinhos e licores do Alto Douro, propositadamente adquiridos para apresentar o grande hóspede.

Mal tinha principiado o apetitoso jantar, chega um soldado português, que tinha sido enviado a Amarante com aviso para que tudo ali estivesse pronto no dia seguinte para receber a coluna napoleónica, e, muito assustado, pede para falar a Loison. O apressado portador diz ao chefe, que o escuta: — Senhor, no Porto, em Guimarães e em muitas terras do Norte há grande revolução! Tocam os sinos a rebate, chamando o povo à revolta e corre muita gente armada para locais escolhidos. Loison ficou deveras preocupado.

Aquele passeio militar, que tão fácil se lhe tinha apresentado até ali, iria transformar-se, de repente, em penosa e dura campanha e poderia ser até a sua derrota, pensava ele. Tencionava entrar no Porto a 24, donde já se julgava tão perto e via naquele momento alterados os seus planos e a cidade apeteçada cada vez mais distante. Não continuou a comer, apesar de dois oficiais superiores que com ele jantavam procurarem animá-lo e convencê-lo a marchar contra Guimarães e dali sobre o Porto. Loison, examinando um mapa grande que possuía, chama dois homens conhecedores da região e pede-lhes informações exactas dos caminhos que ligavam Mesão Frio com Amarante. Eles informaram-no de que a estrada entre as duas vilas é larga e boa, mas que corre através da encosta de uma serra muito íngreme e que, se alguém se desequilibrar vai cair lá em baixo, no rio da Teixeira ou no rio da Ovelhinha do Marão. Afirmam-lhe os informadores que os montes formam apertados desfiladeiros onde só se pode passar por estreitos atalhos. A estrada é rodeada de densos giestais, que servem de habitação aos lobos, e as gentes destes sítios, que conhecem tudo isto muito bem e são destemidas, podem, escondendo-se nos mesmos giestais, causar grandes baixas ao exército.

A despeito de tão sombrios informes, os oficiais que rodeavam Loison eram de opinião que se marchasse para Guimarães. Mas ele, receoso, não concorda e decide-se pela retirada.

Voltemos agora, por um instante a Guimarães, para assistir à partida da patriótica e aguerrida coluna a caminho e ao encontro do inimigo.

Partida das tropas de Guimarães e perseguição do inimigo

É impressionante a rapidez com que as tropas de Guimarães se prepararam e instruíram para se baterem com tão poderoso inimigo. E quando Loison se dispunha para a retirada, já a grande coluna que o devia vencer chegava a Amarante, depois de ter coberto num só dia a distância que separava as duas vilas.

À frente a bandeira nacional, bem alto erguida nas mãos firmes de José Maria Gaivoto, facho luminoso que ilumina aos combatentes o caminho da vitória.

Ouçamos mais uma vez Frei António Pacheco a descrever a grande arrancada contra o invasor, na linguagem vigorosa que empregou na redacção Manuscrito:

«Tocão logo os sinos a rebate, tocão à pressa os tambores às armas por toda a vila de Guimarães e sua grande e populosíssima comarca; mandam-se pela Junta dos Ministros avisos ao Porto, que ignora a sua marcha, mandam-se a Braga, Viana, Chaves, Vila Real e Bragança, para que acudam armados e com a sua artilharia, porque nós os de Guimarães já partimos ao inimigo acima do Douro e com toda a pressa. Antes de mais nada corre-se à oração, encham-se as Igrejas, Religiosos velhos, novos sacerdotes e todos juntos, prostrados deante dos altares pedem ao Senhor Misericórdia e força, e gemem na cinza e cilício. Todos

antes que marchem vão rezar a Nossa Senhora da Oliveira, padroeira do Reino e muitos levam no chapéu o ramo da sua oliveira. Assim fortificados com a oração, marcham quasi todos em jejum de Guimarães, e logo pena de morte a quem se negar a ir ao inimigo. Muitos religiosos e clérigos e numerosa Nobreza desta vila, muitos officiais de guerra todos carregados de armas rompem a marcha inflamados no amor do Príncipe e na defesa da religião e da Pátria; era meio dia e o calor grandíssimo; estas valentes companhias vão adeante e por tôda a parte a animar os povos; vai uma companhia de milicianos de Guimarães armados com 90 espingardas enferrujadas, que por casualidade tinha em casa como suas o capitão de cavalaria Jerónimo Vaz Vieira de Napoles. Vão muitos soldados que tinham Baixa, vão excelentes atiradores e caçadores de perdizes; turmas de rapazes e mulheres com pedras nas mãos, as bandeiras das Ordenanças arvoradas e os tambores chamando. Cresce o cordão de povo armado, saindo de tôdas as freguesias ao rebate dos sinos que estão soando por todo o Minho, à proporção que lhe chega a noticia. Amoladas grandes foices roçadoiras, alabardas, chuços, piques encavados em seguros páus de 15 e 20 palmos de comprido, seguros malhos com prisões de ferro, espadas, pistolas, bacamartes e espingardas, são as armas que aparecem, fazendo um exército temível de mais de 600 homens até Mesão Frio. O general eleito em Guimarães para comandar este corpo imenso é o tenente coronel de cavalaria do Regimento n.º 12 Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, da mesma vila, que com a melhor ordem dispõe as companhias com seus officiais e as instrue no modo de pelejar com semelhantes armas, seja acometendo as infantarias, as cavalarias ou as artilharias. Os officiais, os religiosos, os clérigos, os nobres, são outros tantos capitães que guião e dão valor a estas companhias numerosas, andando adeante e atraz e pelo meio delas, a cada hora

os religiosos prégão e incitam o povo à vingança da religião e da Pátria. Marcha-se à porfia, de Guimarães até a Amarante, que são cinco grandes léguas, e esperavam aí pelos guerreiros de Guimarães os valente e animosos povos de Amarante, de Além Tâmega, de Baião, de Penaguião, dos Altos Marãos, de Penafiel, de Felgueiras, de Barrosas, de Basto e visinhanças. Amarante nessa noite teve povo imenso armado, armas do povo e não artilharia. No convento de São Gonçalo, da Ordem de São Domingos, nunca se viu tanta gente junta a comer e a dormir; reluzia a grandeza de Deus e o milagre de São Gonçalo em tanta abundância de sustento que gostosos e alegres davão aqueles religiosos, de sorte que quanto mais se tirava dos caldeirões, tanto mais crescia e o pao nos cestos se multiplicava. Escrevo estas cousas pelo miudo, não porque ignore que elas são enfadonhas a leitores lacónicos, mas eu as escrevo para exemplo dos vindouros e conhecerem ponto por ponto o que se fez e o quanto Deus é nosso amigo. Era tanto o povo nesta noite que ninguém podia mexer-se no Convento e pelas ruas. A Igreja cheia de povo ficou aberta tôda a noite, não se ouvindo aí senão preces e orações a São Gonçalo, para que não deixasse passar para cá dos montes o inimigo; é que como patricio de Guimarães e protector dos minhotos fosse o nosso capitão e general nesta empresa tão Santa e justa e que com o seu bordão e correia desse muita pancada naquela maldita canalha».

A meio da tarde do dia 22, a brava hoste vimaranense chegou a Mesão Frio, acompanhada já de uma multidão enorme de povo. Aqui, o illustre comandante Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda guarnece o Alto dos Padrões com várias das suas unidades, que ocuparam seguras posições, nas quais poderiam facilmente resistir a qualquer ataque que lhe fosse feito pelo inimigo e manda bloquear a estrada com grossas árvores cortadas na floresta, para prevenir qualquer surpresa do adversário e a deslocação da artilharia.

Loison e o seu exército tinham abandonado a vila no dia anterior a caminho da Régua, deixando atrás de si ricos despojos que o povo tratou logo de reunir. Entre os objectos encontrados contava-se uma mala de marroquim do referido general, onde se encontrava a sua carteira, vários mapas e uma farda de luxo. Tudo foi levado para Guimarães e remetido dali para a Junta Suprema do Porto, como demonstração da glória alcançada e prenúncio de futuras vitórias. Mais três fardas do general francês foram encontradas, uma das quais ficou depositada na Igreja de São Gonçalo de Amarante, bem como um baú, como prova de gratidão do exército de Guimarães pela protecção que o Santo lhe tinha dispensado. Outra farda foi para a igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães. A terceira, a mais rica de todas, era de fino pano azul escuro, gola e canhões de veludo encarnado, com quatro águias coroadas nas duas abas bordadas a ouro; dois alamares de ouro, na gola e três em cada manga, com duas serpentes agarradas numa larga palma. Esta farda tinha ainda uma abotoadeira doirada, com seus emblemas, e coube ao autor do Manuscrito, Frei António Pacheco.

Foi este frade quem colocou as outras duas nos lugares que lhe foram destinados, fazendo antes disso, com elas na mão, patrióticos sermões que muito entusiasmaram o povo que o ouviu.

Enquanto o povo se entregava ao trabalho da recolha dos despojos deixados pelo exército napoleónico, o general em chefe português repartia as suas tropas em duas divisões, procurando meter o inimigo entre dois fogos, tomando-lhe as barcas que deviam dar-lhe passagem para o lado sul do Douro, no sítio da Régua. Fez marchar a divisão da direita para montante do Douro pela estrada real; a da esquerda seguiria para Vila Marim, Ponte Cavalari e Cidadelhe, para descer da montanha sobre a Régua, ao mesmo tempo que a da direita atacaria pelo baixo vale a mesma vila, onde o inimigo se tinha preparado para resistir.

Dispostos assim os combatentes, correm à porfia, pois todos querem ser os primeiros a encarar os soldados de Napoleão. São quatro horas da tarde e os soldados de Loison saqueavam a Régua e o Pêso, poupando apenas a casa onde havia pernoitado o comandante e três

parentes próximos. Ninguém se lhe opunha, porque os habitantes tinham fugido todos e o exército havia ficado senhor das localidades.

Quando os franceses colhiam bons resultados da sua tarefa, ouvem-se tiros para os lados do norte e alguns soldados que vigiavam os arredores fogem espavoridos e ensaguentados. Mais tiros e mais soldados feridos. Era a coluna da esquerda das tropas de Guimarães que atacava enérgicamente e de surpresa.

Loison resolve transpor o Douro apressadamente, em cerca de 100 barcas que ali tinha à sua disposição. É ele o primeiro a passar e coloca na outra margem duas peças de artilharia em posição para cobrir a retirada. Entretanto, a onda vimaranense cresce sempre e cai vigorosamente sobre os soldados franceses.

A divisão da esquerda tinham-se juntado os valentes paisanos de Canelas, de Santa Marta, da Cumieira, de Lobrigos, de Senhoane, Vila Real, e outros lugares da região; e todos atacavam enérgicamente o inimigo, pondo os soldados de Loison em completa debandada. Neste combate alguns dos nossos ficaram mortos e outros feridos, e os adversários tiveram cerca de trinta mortos, fora outros que o povo enraivecido lançou às águas do Douro e muitos feridos que não foi possível contar. Dos mortos, alguns foram boiando rio abaixo, até o Porto.

Também na Régua deixaram valiosos despojos, nos quais se incluía uma forja de campanha e um carro caixa, cheio de barretinas, chapéus finos, arreios e outras miudezas, objectos de que o povo tomou conta, mas que, enraivecido, desfez em mil pedaços.

Ao fim da tarde chegou à Régua a Divisão da direita; se estas tropas tivessem forçado um pouco mais a sua marcha, teriam aprisionado todo o exército de Loison, encurralado na referida vila e no Peso.

O sol desaparecia no ocaso e a brava hoste de Guimarães resolveu pernoitar na Régua e no Peso, preparando-se o general em chefe para atacar o inimigo na madrugada seguinte, em Lamego, onde supunha que ele organizasse séria resistência. Loison tinha chegado a esta cidade já de noite, mas, por precaução, acampou nos arredores, receoso de alguma cilada como a anterior.

As tropas de Guimarães, guiadas pelos habitantes da região, que conheciam bem todos os caminhos e atalhos da Régua para Lamego, tentam surpreender nesta cidade o Exército fugitivo; para o efeito, passam à outra margem do Douro pela noite escura, seguindo através dos campos, de maneira a não serem pressentidas. Cerca da meia noite, encontram quatro franceses entre as vinhas distribuindo os roubos feitos no dia anterior na Régua. Disparam sobre eles, mas recebem logo nutrido tiroteio de represália. Por felicidade, nenhum dos nossos foi atingido e a multidão armada caiu sobre eles, matando três e aprisionando o quarto, um oficial inferior que, tentando fugir, fazia fogo sobre os nossos, embora já ferido com duas balas nos ombros. Mas, deitado a terra com uma foiçada que lhe deu um de Guimarães, foi aprisionado e levado para esta vila por Frei Francisco do Rosário Pontes, que teve inúmera dificuldade para o livrar das fúrias do povo, que a todo o custo o queria matar, esquecendo-se da generosidade que se deve aos vencidos e de que estes devem ser tratados com humanidade pelos vencedores.

Ao raiar da aurora do dia 23, chegam as tropas de Guimarães à cidade de Lamego, de onde Loison se tinha retirado cautelosamente, alta madrugada, em direcção a Viseu. O povo desta cidade, enraivecido, une-se à tropa de Guimarães e depois de receber pólvora e armamento corre também sobre o inimigo, uns pelos caminhos e pelo alto dos montes, outros pelas estradas e pelos campos. Na sua corrida heróica, encontraram os fugitivos a descansar na Póvoa de Juvantes, duas léguas a sul de Lamego, na estrada de Viseu.

Os soldados napoleónicos, logo que pressentiram os perseguidores, reuniram as bagagens no centro e dispuseram-se a retirar combatendo; nem de outra maneira seria possível fazê-lo. Porém, toda aquela brava hoste os persegue, pelos flancos e pela retaguarda, porque a pressa com que os franceses retiram não permite tomar-lhes a dianteira e porque os perseguidores não dispõem de artilharia com que possam cortar-lhes os caminhos. De trás dos rochedos, das árvores, da orla dos bosques, do meio dos campos e dos vales, de toda a parte, irrompe dos nossos um turbilhão de fogo e o inimigo, acossado pela intensidade da metralha, procura afastar-se o mais

ràpidamente possível. Vão ripostando sempre com tiro de espingarda e até de artilharia, mas nada detem aquela onda de patriotas empenhados na derrota dos seus inimigos. Os charcos de sangue encontrados pelos nossos, atestam os resultados daquela perseguição enérgica e decidida, que durou todo o dia 23 e chegou até à Cruz da Camba. Quando o sol já se escondia no horizonte, combatia-se ainda valorosamente, com a maior energia e vigor. Só quando a noite cobriu a terra é que cessou o fogo, sem que nas fileiras portuguesas se contasse qualquer baixa.

Conta-nos o autor do Manuscrito que algumas balas furaram chapéus, rasgaram vestes e raspavam sapatos, sem causarem qualquer estrago nas pessoas, o que ele atribui a «grande milagre, à Glória de Deus e à Misericórdia do Céu». E os objectos furados eram mostrados a todos com grande admiração.

O povo de Guimarães, vendo que não podia ir mais longe na perseguição do inimigo, subiu aos altos cabeços e por aí se quedou, a ver fugir os adversários, com tantos estragos causados pelo fogo das suas espingardas. E então soltavam grandes apupos e assobios, que muito deviam ter rebaixado aqueles soldados que há muitos anos só contavam vitórias no seu activo.

Fora repellido o exército de Loison, e o Norte de Portugal livre de estrangeiros; os povos que se tinham reunido para alcançar tão grande successo regressaram então às suas terras, «louvando ao Senhor por estas vitórias e dando-lhe graças públicas nas Igrejas de São Gonçalo de Amarante, de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães e noutras dos seus distritos, mostrando às mulheres e aos filhos os ricos despojos que levavam, contando-lhes as maravilhas do Senhor em seu auxílio; e todos de joelhos, choravam, agradecendo a Nosso Senhor Jesus Cristo o seu amor e a sua misericórdia para com Portugal, e todos prontos a voltar às armas, se o inimigo tivesse a ousadia de voltar».

Se os franceses não retirassem tão ràpidamente, no dia immediato entraria em acção a artilharia do Porto, Viana e Amarante, que corria apressadamente para o campo da luta, acudindo ao apelo heróico dos paisanos de Guimarães. Não fossem os bravos vimaranenses de encontro

aos franceses na Régua, destruindo ali os seus ímpetos guerreiros, e eles esbarrariam depois com as avançadas portuguesas que de toda a parte do Minho, de Trás-os-Montes e do Porto se dirigiam ao Douro, onde queriam medir também as suas forças com as do inimigo. Os portugueses que se deslocavam para o local onde devia travar-se a batalha decisiva, mostraram-se desesperados quando souberam da fuga do inimigo para sul.

Nunca se viu, afirma o autor do Manuscrito.

«Tanta Religião nem tanta constância. O Príncipe que governa um tal povo, é o Príncipe mais ditoso do Universo. O Rei que tem o seu trono entre um povo deste caracter, deve descer do trono e dar centos de ósculos e abraços ao mais pequeno dos seus vassallos. O Monarca que habita entre um povo tão fiel, honrado, aguerrido, cristão e valoroso como o povo português, nada tem que temer; pode comer e dormir socegado, rir-se dos numerosos exércitos da França e da Espanha e dos mais bravos reis e imperadores do Mundo e zombar das astúcias dos ímpios que regem os impérios. Mas este monarca também deve ser agradecido a este povo, deve ama-lo como filho, alivian-lhe os impostos e tributos, socorre-lo nas suas necessidades e morrer por êle. No Mundo inteiro não há povo tão cristão e valoroso e amante dos seus Príncipes como o povo português».

Conclusão

Dá-nos ainda o autor do manuscrito notícia da marcha de Loison depois de ter cessado a perseguição que lhe foi feita pelos de Guimarães.

No dia 24, refere Frei António Pacheco, «dia de São João, em que o «Maneta» devia aparecer triunfante na cidade do Porto, apareceu fugido, envergonhado, pelos montes e vales de Castro Daire e no dia 26 à noite chegou a Viseu, aquartelando-se, cheio de medo, fora da cidade».

Afirma depois o cronista que Loison safu de Viseu em 30, e no dia seguinte estava em Almeida. Deixou ali apenas 1.600 soldados franceses, levando consigo os restantes 3.000, que reuniu ao exército do general Charlot, para suprir as baixas que havia sofrido na sua tentativa para dominar as províncias do Norte de Portugal. No dia 4 passa na Guarda, no dia 5 na Atalaia e em Alpedrinha; em 6 atravessa a povoação de Sarzedas, em 7 a Cortiçada, a 8 o Sardeal, em 9 está em Abrantes e chega a Santarém a 11. Entra em Lisboa em 20, onde anuncia as suas vitórias alcançadas no Norte, as quais fez publicar nas gazetas. Lidas tais notícias pelos habitantes do Minho, de Trás-os-Montes e da Beira, todos estes povos se riram de semelhantes imposturas.

Grande injustiça seria não fazer aqui a merecida referência a acção patriótica que tiveram na aclamação de 1808, as senhoras de Guimarães, que nessa época de verdadeira exaltação nacional e de fervoroso amor da independência, mostraram bem quanto amavam a liberdade da Pátria e quanto lhes era odioso o jugo estrangeiro.

Autênticas heroínas, que tantos cuidados e interesse mostraram pelo abastecimento e apetrechamento das tropas vimaranenses, são dignas da maior admiração.

Seguindo o exemplo de D. Filipa de Vilhena, armaram seus filhos, maridos e irmãos cavaleiros para a luta.

Muitas dessas senhoras foram oferecer ao Senado as suas joias e enfeites preciosos, para custearem as despesas da guerra; outras desfaziam seus finos lençóis de linho, para fabricar pensos e ligaduras com que deveriam ser tratados os feridos. Cozeram enormes fornedas de pão que mandavam ao exército, e algumas andavam pelas ruas a animar a todos e a distribuir dinheiro para sustento dos que não podiam ir para a campanha, e não passassem necessidades, enquanto os seus parentes estivessem ocupados na defesa da Pátria.

E todas pediam a Deus que as armas portuguesas fossem felizes e o inimigo não mais viesse calcar a terra de Portugal.

Segundo o autor do Manuscrito, destacaram-se nessa ocasião, as famílias das «Lameiras, do Toural, Cano, Rua Escura, Costeado, Proposto, Rua de Donães, Pombais,

Portas de Pombeiro, Freitas, Machados Pindelas, Nápoles, Meneses, Leonores, Bourbons, Sousas e outros antigos solares da mais elevada nobreza vimaranense.

Por todo o Minho e Trás-os-Montes, o exemplo de Guimarães teve repercussão extraordinária. O povo das duas províncias propôs-se fazer a aclamação do seu Príncipe, D. João VI, sem que fosse necessário criar juntas governativas nem haver alguém que o conduzisse. O próprio povo, dirigindo-se a si mesmo, armou-se, pôs guardas nas estradas, nos caminhos, nas pontes, à entrada das vilas e cidades, nas ruas e nas praças mais frequentadas. Isto se começou a praticar em 18 de Junho, dia da aclamação em Guimarães, e manteve-se até os franceses serem expulsos do território nacional.

Este sistema de vigilância foi de grande utilidade, porque tornou possível pôr todos em segurança e saber quais eram os «afrancesados».

Conta-nos o autor do Manuscrito que «huma couza admirável se observou nas prizões dos afrancezados, correspondentes e emissarios dos francezes; e he que nenhum delles era legitimo portuguez dos 4 lados; huns eram mestiços e enxertados de estrangeiros com portugueses, meio portugueses meio francezes, meio castehanos meio galegos, meio italianos».

Terminamos pela exortação patriótica, dirigida por Frei António Pacheco a Sua Majestade, na qual lhe roga que volte ao Continente europeu, onde o espera um povo leal, heróico e bravo, para o receber em triunfo e com aquele entusiasmo próprio da gente portuguesa:

«Deus de infinita bondade e insondável Misericórdia, compadecei-vos dos portugueses, trazendo-nos já este Príncipe e cesse a corrente das nossas lágrimas e o excesso da nossa dor.

«É vós, ó Principe Augusto, amado entre milhares, vinde a nós sem demora, agora é que são os vossos dias de glória. Vinde Reinar. Já passou a tormenta, já brilha o dia do maior prazer; já soa a voz da pacífica rola, já florescem os campos da liberdade. Cessou o cativo, o luto, o pranto que nos oprimiam com o jugo do ferro do maior dos tiranos. Vinde

ver grilhões despedaçados, cadeias rotas, algemas esmigalhadas, duras prisões quebradas pelo braço forte dos vossos fieis vassallos. Vinde ver o monstro sobre o cepo cortado pelos nossos alfanges; suas bandeiras varrendo as ruas das nossas cidades, suas fardas penduradas nos templos como troféus que alcançamos pelo favor do Céu; seus exércitos destroçados e boiando sem fortuna o resto sobre as ondas que não os querem e suas águias caídas mortas ao pé dos vossos estandartes arvorados em todo o Reino. Vinde gloriar-vos de tantas victórias no meio de um povo digno de vós. Apressai-vos ó nosso dilecto Príncipe! O vosso Reino vos espera com ânsia e saudade. O vosso trono está preparado por vossas mãos, torneado de coroas, guarnecido de louros e enfeitado de flores o pavilhão augusto que o cobre; nosso amor o fabricou e este trono e pavilhão estão seguros pela fidelidade do nosso coração e firmes pela força do nosso braço. Não! Não há que temer da tempestade da Europa. Deus que vos salvou dos assaltos do monstro e dos perigos de um mar furioso, é porque vos quer também aqui amparar.

«Vós Senhor, mais sois nosso do que dos habitantes do Brasil. De cá os podeis melhormente fazer felizes do que estando aí. Vinde amável Príncipe! A Pátria vos chama banhada em lágrimas de ternura. Chamam-vos os vossos palácios, a Corte, as cidades, os povos do vosso Portugal; os meninos e os velhos, os grandes e os pequenos, os leais corações de todos os portugueses. Chama-vos a Inglaterra amiga, auxiliando armadas e as espanhas como muro de bronze sustendo o inimigo e querendo dilatar-vos o Império. Trazei-nos os doces penhores, os vossos queridos filhos.

«Esperança nossa, Vossa amada Epôsa e tôda a Real Família, objecto da nossa saudade. Vinde, apressai-vos. No vosso desembarque, com mãos cheias de cravos, boninas e rosas, semcaremos os cais e alcatifaremos as praças

e ruas por onde caminhardes. Com as grinaldas
mais lindas e verdes palmas engrinaldaremos
a Vossa Fronte. E prostrados deante de vós
com a boca na fria terra, vos adoraremos nosso
Príncipe. Nosso Rei, enquanto tiver raios o
Sol e águas o Tejo».